DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DA PARAÍBA

C O N S E L H O S U P E R I O R

ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, BIÊNIO 2024/2026- REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2025.

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (16.06.2025), sob a Presidência da Defensora Pública-Geral Dra. Maria Madalena Abrantes Silva o CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, reuniu-se em sessão ORDINÁRIA, o Subdefensor Público-Geral Institucional Ricardo José Costa Souza Barros, o Corregedor-Geral Coriolano Dias de Sá Filho, participando presencialmente as Conselheiras Monaliza Maelly Fernandes Montinegro, Berthezene Barros da Cunha Lima Martins, Waldelita de Lourdes da Cunha Farias Rodrigues e Ryveka Campos Martins Bronzeado, e por vídeo conferência o Conselheiro Élson Pessoa de Carvalho, registrando ainda a presença da Ouvidora-Geral Inise Machado de Lima e a presença do Presidente da Associação dos Defensores Públicos Everaldo Lira, para deliberar assuntos da Pauta: 1 - Leitura, aprovação e assinatura da Ata da 136ª (Centésima trigésima sexta) Reunião Ordinária realizada em 27.05.2025; 2 - Apreciação da minuta de resolução que " Institui e regulamenta o teletrabalho de servidores no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Paraíba e dá outras providências"; 3 -

Apreciação do Voto da relatora, Berthezene Barros da Cunha Lima Martins, referente ao requerimento do DP Gildivan Lopes da Silva. 4 - Assuntos pertinentes a DPPB. A Presidente iniciou a sessão fazendo uma oração, em seguida passou ao 1º(primeiro) item da pauta, informando que todos receberam a ata, previamente, perguntando se todos estavam aptos a aprovar e assinar, sendo aprovada por unanimidade de seus membros; Seguindo a pauta a Presidente passou ao 2º(segundo) item, iniciando a Apreciação da minuta de resolução que " Institui e regulamenta o teletrabalho de servidores no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Paraíba e dá outras providências", a Presidente perguntou aos membros do Conselho Superior se haveria a necessidade de escolher um membro para relatoria, sendo decidido que, por se tratar de um tema de fácil e de rápida resolução não necessitará ser distribuído a um relator, convocando o servidor Glaucio Sales para esclarecimentos, após discussão, a Conselheira Waldelita de Lourdes da Cunha Farias Rodrigues pediu vista ao pleito; em seguida a Presidente passou ao 3º (terceiro) item da pauta, referente a Apreciação do Voto da Conselheira Berthezene Barros da Cunha Lima Martins no requerimento do Defensor Público Gildivan Lopes da Silva referente a promoção para a categoria de DP-3 pelo critério de Antiguidade, passando a palavra a Conselheira Berthezene Barros da Cunha Lima Martins informou aos presentes que seu voto de relatoria não poderia ser apresentado na presente reunião, tendo em vista seu abalo emocional mediante acidente sofrido pela relatora no final de semana,

solicitando a compreensão de todos para que seu voto seja apresentado na próxima reunião, sendo a solicitação acatada pelos membros do Conselho; com a palavra à Conselheira Waldelita de Lourdes da Cunha Farias Rodrigues informou que seu voto de relatoria na resolução que Disciplina a Política de Cotas para os Concursos da Defensoria Pública da DPPB também deverá ser apresentado na próxima reunião, como também seu voto na Resolução que Institui e regulamenta o teletrabalho de servidores no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Paraíba e dá outras providências, também acatados pelos membros do Conselho. Nos demais assunto a Presidente passou a palavra a Conselheira Monaliza Maelly Fernandes Montinegro que falou do planejamento estratégico que será realizado dia 4/7/2025 e que contará com a participação dos Defensores/Coordenadores, disse também que a Lei Complementar nº 207 foi publicada e que recebeu algumas reclamações e sugestões referentes ao pagamento de alguns auxílios, disse ainda, que no seu entendimento existem alguns pontos que necessitam ser avaliados novamente na referida Lei, sugerindo que os membros do Conselho Superior continuem se reunindo para avaliar as alterações. A Presidente passou a palavra ao Presidente da Associação Everaldo Lira de Lima, que informou que entre os dias 13 e 15 de agosto de 2025 será realizado o VI Congresso Nacional de Defensoras e Defensores Públicos do Tribunal do Júri - CONAJÚRI, na cidade de Curitiba-PR, disse que esse Congresso é destinado aos Defensores Públicos que fazem parte da Equipe do Tribunal do Júri da Defensoria Pública,

informando que a Associação do Defensores Públicos pagará as inscrições aos interessados em participar do referido Congresso e as passagens deverão ser pagas pelo Defensor Público interessado. A Presidente informou aos membros do Conselho Superior que, como de costume, eles autorizam o pagamento de 03 (três) diárias aos participantes, perguntando se todos concordam em autorizar esse pagamento, informando ainda que as diárias serão pagas pelo Fundo da Defensoria Pública, sendo aprovado por unanimidade de seus membros. O Corregedor-Geral Coriolano Dias de Sá Filho pediu a palavra e disse que foi informado através da Coordenadora do Núcleo Especial Criminal e de Execução Penal - NECEP, sobre as dificuldades enfrentadas pela Coordenadora Criminal e a do Tribunal do Júri, disse que o Núcleo está funcionando de maneira precária, sem estrutura e sem funcionários para dar agilidade ao atendimento e com esse deficit fica mais difícil prestar um serviço de qualidade. A Presidente falou que irá estudar a possibilidade de realocar servidores para auxiliar o NECEP/DPPB, pedindo ainda, que fosse registrado em Ata o reconhecimento aos Defensores Públicos que fazem parte da Equipe do Tribunal do Júri, pois mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, recebeu elogios destinados a Equipe e a Defensora Pública Aline Araújo Sales da Silva. A Presidente passou a palavra a Ouvidora-Geral Inise Machado de Lima que parabenizou a iniciativa do planjamento estratégico da Instituição, pois no seu entendimento é importante para nortear a Defensoria Pública. Vencida a pauta e sem mais assuntos a tratar foi encerrada a reunião e

lavrada a presente Ata, que será assinada pela senhora Presidente, pelos senhores Conselheiros e por mim, _____ Maria Auxiliadora Targino de Araújo, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, e por quem mais de direito.

MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
PRESIDENTE

RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL INSTITUCIONAL

CORIOLANO DIAS DE SÁ FILHO
CORREGEDOR-GERAL

MONALIZA MAELLY FERNANDES MONTINEGRO
MEMBRO

WALDELITA DE LOURDES DA CUNHA FARIAS RODRIGUES
MEMBRO

ÉLSON PESSOA DE CARVALHO
MEMBRO

RYVEKA CAMPOS MARTINS BRONZEADO
MEMBRO

BMartins

BERTHEZENE BARROS DA CUNHA LIMA MARTINS
MEMBRO

Inise Machado de Lima

INISE MACHADO DE LIMA
OUVIDORA

EVERALDO LIRA DE LIMA
REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS